



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

03

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ, E, DO OUTRO, A DEFENSORIA
PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ,
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo
Administrativo nº 8516907-
53.2016.8.06.0000).**

CV Nº 58/2016

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente TJCE, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado pela Exma. Sra. Presidente, Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, e a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente DPGE-CE, com sede na Av. Pinto Bandeira, nº 1.111, Bairro Luciano Cavalcanti, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.014.521/0001-23, representado neste ato pela Defensora Pública Geral, Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, firmam o presente Convênio, com arrimo nas disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Do Objetivo

O presente Convênio tem por objetivo a cooperação técnica e/ou administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, na forma prevista neste Instrumento, respeitada a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Execução do Convênio

Nas cessões decorrentes do presente instrumento, o CESSIONÁRIO, por intermédio do Chefe imediato, supervisor dos serviços prestados, se obriga a administrar o pessoal cedido, remetendo mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês, ao respectivo Órgão/Entidade CEDENTE, a frequência mensal de cada servidor, observado o que se segue:

09



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a) poderá haver, sempre que necessária, a cessão de servidores de acordo com as necessidades técnicas e/ou administrativas de cada órgão;
- b) a cessão tratada no presente Convênio será feita com estrita observância das reais necessidades e anuência prévia do titular de cada órgão;
- c) os servidores cedidos, nos termos do presente Convênio, receberão, na origem, a remuneração a que fizerem jus, como se estivessem no exercício de suas atividades laborais, nos termos da legislação pertinente, cabendo ao CESSIONÁRIO proceder o devido ressarcimento ao CEDENTE;
- d) caberá ao CEDENTE o pagamento das espécies remuneratórias e todos os encargos trabalhistas dos servidores cedidos, ressalvados aqueles concedidos diretamente pelo CESSIONÁRIO, a seu cargo.

Parágrafo Único. As despesas dos servidores cedidos, com fundamento no Decreto nº 28.619/2007 e suas posteriores alterações, passarão a ser alocadas nos órgãos e entidades cessionárias, para efeito da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quando a quantidade de servidores cedidos ao órgão ou entidade exceder a 60% do número de servidores que estavam cedidos no mês de dezembro de 2011.

Cláusula Terceira – Da Formalização da Cessão de Servidores

As solicitações de cessões de servidores deverão ser encaminhadas à autoridade máxima do órgão cedente, constando a matrícula, nome e cargo do servidor, efetivando-se a cessão por meio de Portaria, na qual constará o nome do servidor, cargo, matrícula, órgão de origem e órgão para o qual será cedido, bem como a finalidade da cessão, e o período em que a cessão subsistirá, não podendo ultrapassar o termo de duração previsto para eficácia deste Convênio.

Cláusula Quarta – Da Vigência e dos Aditivos

O presente convênio terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado ou alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

Cláusula Quinta – Da Denúncia

O presente Convênio poderá ser denunciado de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, ou por qualquer dos Convenientes, a qualquer tempo, devendo ser comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Sexta – Da Publicação

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA providenciará como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, em Extrato, no Diário da Justiça Eletrônico, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme disposto no Parágrafo Único, Artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, no Ceará, como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 31 de outubro de 2016.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

TESTEMUNHAS: _____